

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento
Regional de Lisboa e Vale do Tejo

PARECER DA CCDRLVT À PROPOSTA DE REVISÃO DA DELIMITAÇÃO DA RESERVA ECOLÓGICA NACIONAL PARA O MUNICÍPIO DE FERREIRA DO ZÊZERE

A Câmara Municipal de Ferreira do Zêzere apresentou, em simultâneo com a proposta de revisão do Plano Diretor Municipal, nos termos e para os efeitos previstos nos art.ºs 11º e 15º do Decreto-Lei nº 166/2008, de 22/8, com a redação dada pelo Decreto-Lei nº 239/2012, de 2/11, proposta de delimitação da Reserva Ecológica Nacional para a sua área concelhia, contendo, para além da delimitação das tipologias de áreas a integrar naquela restrição de utilidade pública a indicação das áreas a excluir.

O concelho de Ferreira do Zêzere possui delimitação da Reserva Ecológica Nacional aprovada pela RCM n.º 126/95, publicada em Diário da República a 7 de novembro (DR n.º 257 I Série-B), a qual foi posteriormente objeto de duas alterações (RCM n.º 115/2004 de 30/07 e RCM n.º 184/2007, de 21/12).

O presente parecer não incorpora a análise decorrente das competências da Agência Portuguesa do Ambiente - APA.

PROPOSTA DE ÁREAS A INCLUIR NA REN

A análise à proposta, tem por base os documentos anteriormente descritos e é efetuada à luz do disposto na RCM n.º 81/2012 de 3/10 retificada pela Declaração de Retificação n.º 71/2012 de 30/11 – Orientações Estratégicas de âmbito Nacional e Regional da REN, bem como das Recomendações Técnicas da CNREN e APA (Recomendação Técnica Metodologia para delimitação das “*áreas de elevado risco de erosão hídrica do solo*” – 2013; Recomendação Técnica Limiares a considerar na delimitação das “*áreas de elevado risco de erosão hídrica do solo*”), da Comissão Nacional do Território (Orientações Estratégicas de Âmbito Nacional e Regional. Critérios para a delimitação da Reserva Ecológica Nacional CNT 17.11.2017) e do Guia Metodológico para a delimitação da Reserva Ecológica Nacional – Região de Lisboa e Vale do Tejo, CCDR-LVT, Julho de 2015.

O presente parecer não incorpora a análise decorrente das competências da Agência Portuguesa do Ambiente – APA, devendo complementarmente, atender-se ao exposto nesse parecer.

Para facilitar a análise realizada, indica-se a *itálico* a pronúncia da CCDR (apenas as questões não resolvidas) constante do parecer anteriormente remetido à CM de Ferreira do Zêzere

Parecer CCDD-LVT - 2017 (Of. n. S04409-201704-P de 05/04/2017)

ÁREAS RELEVANTES PARA A SUSTENTABILIDADE DO CICLO HIDROLÓGICO TERRESTRE

Cursos de água e respetivos leitos e margens (CALM)

1 - Continuam a existir linhas de água que integram a tipologia, e que não estão representadas e classificadas em REN até à cabeceira, situações que devem ser aferidas e corrigidas. Da mesma forma existem traçados que devem ser aferidos, nomeadamente, com base da carta militar. A título de exemplo, o afluente na margem esquerda da Rib^a de Murta, próximo ao concelho de Alvaiázere (Fig.1), que apresenta um traçado que não se compreende, não estando classificado em REN até à cabeceira. ... Fig. 1 - Afluente da margem esquerda da Rib^a da Murta. Exemplo em que deve ser aferida e retificada a delimitação de modo a representar a linha de água até à sua cabeceira.

- A questão não foi atendida. Deverá ser retificado em acordo com o real traçado do curso de água.

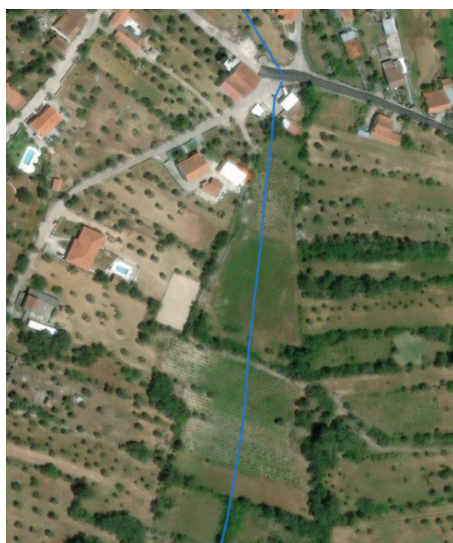
2 - As linhas de água associadas a ZAC foram integradas nesta tipologia CALM. Contudo, deve ainda ser integrado o afluente da Rib^a de Ceras, cuja ZAC se desenvolve ao longo da linha de água numa extensão de cerca 800m (Fig. 2). ... Fig.2 – Afluente da Rib^a de Ceras associado a ZAC, pelo que deve integrar a tipologia CALM, conforme estipulado nas OEREN

- A questão foi atendida.

Notas complementares

- Independentemente dos CALM, na sua maioria, encontrarem-se ajustados, verifica-se em alguns troços dos mesmos, a conveniência do seu ajuste à realidade.

Exemplos:





ÁREAS DE PREVENÇÃO DE RISCOS NATURAIS

Zonas ameaçadas pelas cheias (ZAC)

3 - Em suma, considera-se que a delimitação das áreas correspondentes a esta tipologia ainda não se encontra em situação de ser aceite. A mesma deverá ser reformulada tendo em conta informação relativa a estudos hidrológicos/hidráulicos eventualmente disponíveis para o concelho. Deverá ser ainda suportada pelo levantamento atualizado de ocorrências de cheia no território municipal e de eventuais situações de estrangulamentos à circulação das águas. No caso do levantamento de ocorrências, deverá ser sempre conhecida data da ocorrência e cota da maior cheia conhecida para o local, e sempre que possível definido o período de retorno que lhe esteja associado.

- São apresentados novos elementos, devendo atender-se à pronúncia da APA.

Áreas de elevado risco de erosão hídrica do solo (AEREHS)

4 - Uma vez que os valores relativos à erosividade da precipitação foram retirados do Atlas da Água constante no site <http://snirh.pt/>, não se afigura que as unidades sejam as referidas na memória descritiva (Mj.ha), mas antes tamericanas.pé/acre. Se assim for deve ser utilizada a constante 2,24. Caso contrário deve ser explicitada a conversão efetuada. Esta questão não foi devidamente esclarecida.

- A questão é esclarecida.

5 - Deverão ser remetidas as shapefile correspondentes aos vários parâmetros calculados e aos resultados: R, K, LS, mapa de fluxos, mapa de declives, A, SDR, PSE e AEREHS. Esta questão não foi atendida. Deverão ser remetidas as shapefile correspondentes aos vários parâmetros calculados e aos resultados: R, K, LS, mapa de fluxos, mapa de declives, A.

- A questão foi atendida.

6 - Em termos globais, relativamente a esta tipologia, considera-se que o relatório deverá ainda ser mais explícito/pormenorizado na apresentação dos resultados obtidos nos vários passos intermédios da metodologia, nomeadamente dos resultados obtidos para os fatores que integram a equação universal da perda de solo (EUPS).

- A questão foi atendida.

7 - Constata-se também que a proposta de delimitação atual desta tipologia apresenta uma redução de área de cerca de 2500ha relativamente à versão anterior. Na versão de março de 2015 apresentava um valor de 4653,44ha. Presentemente, as AEREHS ocupam uma área de 2155ha, sem que seja explicado a alteração do resultado. O relatório deve assim esclarecer/fundamentar a discrepância dos resultados obtidos.

- A questão é esclarecida, correspondendo a área de AEREHS a 4522,19 hectares.

8 - Quanto aos ficheiros a utilizar em SIG, tal como referido no parecer anterior, considera-se conveniente a inclusão do mapa de declives do concelho, de modo a proporcionar uma melhor avaliação da proposta.

- A questão foi atendida.

9 - Relativamente ao fator R, erosividade da precipitação, é apresentada na figura 25, a adaptação do Atlas do Ambiente. São apresentados os intervalos constantes nas estimativas do INAG, os quais, nesta estimativa, se apresentam no sistema anglo-saxónico (tamericanas.pé/acre). O relatório deve indicar explicitamente qual a unidade de medida utilizada, e, tal como referido no parecer anterior, também deve ser esclarecido se foi efetuada a conversão para o sistema internacional.

- A questão é esclarecida. Deve a figura 23, indicar as unidades.

10- Sobre o fator K, erodibilidade dos solos, deve também ser referido o sistema de unidades utilizado. É ainda desejável que sejam apresentados os valores de cada intervalo considerado.

- A questão é parcialmente esclarecida, devendo explicitar as unidades do SI ($t\ h\ ha\ MJ^{-1}\ ha^{-1}\ mm^{-1}$).

11- Quanto ao fator LS, são apresentadas várias figuras relativas aos passos intermédios efetuados; contudo seria de complementar com uma descrição clara sobre o resultado obtido, bem como, à semelhança do referido para o fator K, devem ser discriminados os valores de cada intervalo consideradas várias figuras apresentadas. Ainda relativamente ao cálculo do fator LS deverá ser esclarecido como se fecharam os intervalos no quadro do m (coeficiente do declive) – Tab. 9, corrigindo a respetiva tabela, em conformidade.

- A questão foi parcialmente atendida.

12 - Relativamente à delimitação das áreas correspondentes a esta tipologia, atente-se à Nota constante da Recomendação Técnica emitida pela CNT: Apoiando-se a delimitação das áreas de Elevado Risco de Erosão Hídrica do Solo na identificação da erosão potencial do solo, conclui-se que o cálculo da Razão de Cedência dos Sedimentos (SDR), utilizado para a estimativa dos volumes de sedimentos gerados numa bacia que são transportados para jusante e essencial na gestão de infraestruturas hidráulicas, (mais especificamente o cálculo dos sedimentos que podem “deixar” a bacia) não é pertinente para a delimitação daquelas áreas. Assim, para efeitos de delimitação das áreas de elevado risco de erosão hídrica do solo a integrar na REN e na prossecução dos objetivos que se pretendem atingir com a delimitação destas áreas, considera-se que este fator não deve ser utilizado. Nestes termos, para além da

fundamentação e correção no âmbito das questões referidas anteriormente, a proposta de delimitação relativa a esta tipologia deverá ainda respeitar a nota daquela Recomendação Técnica, não utilizando o fator SDR.

- A questão foi atendida.

Importa referir que os resultados obtidos prosseguem globalmente o constante no Quadro de Referência Regional.

Considerações gerais

13 - A identificação das bacias hidrográficas do concelho deverá constar do relatório, incluída na Tabela 2, que identifica CALM e respetivos critérios de inclusão.

- A questão foi atendida.

Cartografia em papel

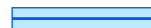
14 - O título da legenda da Planta da REN Bruta deverá ser o seguinte: - Delimitação das áreas incluídas na REN do Município de Ferreira do Zêzere.

- A questão não foi atendida (formato digital, pdf).

15 - Os grupos e subgrupos que devem constar da legenda referente às diferentes tipologias são os seguintes:

- A questão foi atendida.

Nota: A legenda deverá distinguir o Leito e Margem do CALM, exemplo



16 - As povoações/aglomerados mais relevantes devem estar devidamente identificados, o que não acontece na proposta apresentada.

- A questão foi atendida.

17 - Os CALM devem estar todos identificados, o que não acontece na proposta apresentada.

- A questão foi atendida.

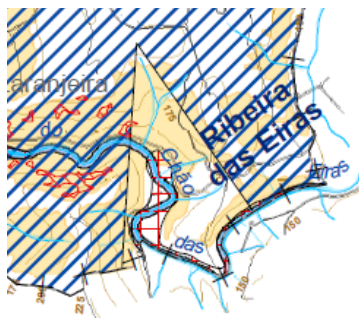
18 - Na legenda do Desenho nº 2, referente à tipologia correspondente a “Albufeiras que contribuam para a conectividade e coerência ecológica da REN, bem como os respetivos leitos, margens e faixas de proteção”, deve constar o seguinte: - “Albufeira do Castelo de Bode” em vez de Albufeira do Rio Zêzere; - Leito; - Margem; - Faixa de proteção;

- A questão foi atendida.

As tipologias relativas a, Albufeiras que contribuam para a conectividade e coerência ecológica da REN, com os respetivos leitos, margens e faixas de proteção; - Áreas estratégicas de proteção e recarga de aquíferos (AEPRA) e Áreas de instabilidade de vertentes (AIV), consideram-se concluídas e estabilizadas, sem prejuízo do parecer da APA.

Notas complementares

- A legenda das peças desenhadas deverá incorporar a identificação relativa aos principais elementos cartográficos (curvas de nível, edificado, entre outros);
- A cartografia base deverá identificar a designação da rede viária principal (IC3/A13), peça desenhada 7.1;
- Informação digital (Shapes),
 - Relativamente aos CALM, a informação correspondente aos *Leitos* (shape), deverá distinguir os casos em que o *Leito* é representado por um polígono;
 - A informação contida nas shapefiles deve ser coincidente com a informação contida na carta em papel, de acordo com as *Orientações* (Exemplos - “*declives críticos*”, deverá designar-se como “AIV”; - “*iRef*”, deverá designar-se como “AEPRA”);
 - Será vantajoso a existência de uma shapefile para os cursos de água não integrados na REN.
- Deverá confirmar-se, ou não, a existência de gralha na delimitação da AEPR, conforme exposto na imagem infra.



Em síntese e face ao exposto, considera-se que a proposta apresentada pela CMFZ em 06/2018, se conforma globalmente com o disposto na legislação em vigor, encontrando-se a mesma estabilizada, carecendo apenas os elementos de ajustes pontuais quanto às tipologias **CALM e AEREHS**, devendo, em especial, atender-se à pronúncia da APA, quanto às **ZAC's**.

PROPOSTA DE ÁREAS A EXCLUIR DA REN

Importa referenciar preliminarmente que os elementos apresentados dificultam a devida apreciação, dado não serem identificadas, distintamente, as áreas efetivamente comprometidas e as áreas necessárias para a satisfação de carências existentes em termos de habitação, atividades económicas, equipamentos e infraestruturas.

A diferenciação apresentada entre as tipologias de áreas a excluir (solo urbano e rústico) não se apresenta conforme as orientações que têm vindo a ser emanadas sobre esta matéria, quer pela tutela, quer por esta CCDR e que têm estado subjacentes à elaboração das propostas que já se encontram em vigor.

Neste âmbito, a apreciação realizada obsta a uma apreciação objetiva e rigorosa da área individual proposta a exclusão, assumindo diferentes características no mesmo polígono. Sublinha-se que as propostas a exclusão devem assumir a seguinte forma:

- Áreas efetivamente comprometidas (legalmente construídas, licenciadas ou autorizadas) – **identificadas com a letra C;**
- Áreas necessárias para a satisfação de carências existentes em termos de habitação, atividades económicas, equipamentos e infraestruturas – **identificadas com a letra E;**

Os quadros/tabelas correspondentes, devem ser corrigidos nos termos das orientações acima descritas, contendo as seguintes colunas:

- Áreas efetivamente comprometidas: N.º de ordem, Superfície (s) (ha), Tipologia (s) REN, Síntese da fundamentação
- Áreas necessárias para a satisfação de carências existentes: N.º de ordem, Superfície (s) (ha), Tipologia (s) REN, Fim a que se destina, Síntese da fundamentação, Uso atual (PDM), Uso proposto (PDM).

Salienta-se ainda, que relativamente às manchas **C** já edificadas, terá que se assumir que se trata de áreas maioritariamente legais e nas áreas comprometidas, ainda não edificadas, deverá ser clarificado o tipo de compromisso (indicando o respetivo n.º do título) e se tal exclusão é necessária para a execução do mesmo por ser incompatível com o regime da REN. Em ambos os casos, a fundamentação para cada uma das manchas deve ser desenvolvida explicitando o uso a que se destinam no PDM, bem como a necessidade de exclusão em especial no caso das áreas não edificadas.

Relativamente às manchas **E**, deverá explicitar-se a sua finalidade e enquadramento no âmbito da revisão do PDM, incluindo o uso a que se destinam

Assim, face ao descrito, e ainda que não seja possível aferir rigorosamente as propostas de exclusão, enumeram-se, preambularmente, o conjunto de princípios/critérios, que pautam a apreciação e a partir dos quais se emite o parecer às diversas manchas a saber:

- **Não é admitida** a exclusão da REN de leitos e margens dos cursos de água. A proposta não observa o descrito, considerando-se que a MDJ deverá assumir a opção pela manutenção da funcionalidade hidráulica e hidrológica dos cursos de água, obviando propostas de exclusão nestas áreas.

- **Não é admitida** a exclusão da REN sempre que estejam em causa as tipologias de **Risco**,

- Nas Zonas ameaçadas por cheias, quer a área esteja ou não edificada/comprometida, e considerando a necessidade de salvaguarda da segurança de pessoas e bens, considera-se ser de manter as áreas em causa sujeitas a esta restrição de utilidade pública, sem prejuízo das edificações existentes e dos compromissos legais, de forma a evitar a criação de novos obstáculos à livre circulação das águas e acautelar o não agravamento do risco. Nesta tipologia, são apresentadas várias propostas de exclusão (Exemplo: U16 ou U46);

- Instabilidades de vertentes, apenas são admitidas exclusões de áreas já edificadas e/ou comprometidas para a edificação. O parecer favorável fica condicionado à prévia realização de estudo geológico e geotécnico para a área a edificar e envolvente, que assegure a salvaguarda de pessoas e bens. A necessidade da prévia realização deste estudo deve constar do quadro de fundamentação da exclusão e do regulamento do PDM. Quanto à proposta, apenas se admitem exclusões em áreas edificadas, de acordo com o princípio supra exposto;

- **São admitidas**, por princípio, as exclusões que abranjam AEPR e AEREHS associadas a PMOT's em vigor, Espaços Urbanos de Baixa Densidade (Centralidade e de Consolidação); Espaços de Atividades Económicas; Espaços de Uso Especial; Espaços de Ocupação Turística; Espaços Destinados a Outras Ocupações; Aglomerados Rurais e Áreas de Edificação Dispersa, delimitadas no âmbito da proposta de revisão do PDM, no caso de áreas maioritariamente edificadas e/ou comprometidas.

Neste âmbito, considera-se não ser de admitir propostas de exclusão de áreas não edificadas/comprometidas quando localizadas na periferia do aglomerado ou quando a sua manutenção na REN não compromete a coerência da delimitação do mesmo.

A proposta deverá aprofundar a fundamentação, detalhando informação sobre a existência de compromisso e/ou comprovando a existência de infraestruturas.

Neste âmbito verifica-se a existência de áreas com edificações isoladas e/ou vazias, questionando-se a sua integração nos conceitos de solo urbano, e/ou área de edificação dispersa, no termos da LBPSOT, RJGT e PROTOVT.

- As exclusões que abranjam AEPR e AEREHS associadas ao espaço de atividades económicas, proposto no âmbito da revisão do PDM, em áreas não edificadas, não são admitidas nesta fase, devendo ser ponderadas no âmbito de uma execução de PP ou de UE.

- **Não é admitida**, a exclusão da REN das tipologias abrangidas pela sobreposição da tipologia de Risco ZAC, como AEPRa e AEREHS;

- Importa referir a relevância do cumprimento legal da classificação e qualificação do solo, nos termos da LBOTSU, do RJIGT e/ou do PROTOVT, devendo as propostas de exclusão assumirem previamente esse cumprimento,

Sublinhe-se que **a aceitação das propostas de exclusão da REN fica sempre condicionada à decisão em matéria de Ordenamento do Território** para as propostas que lhes estão subjacentes sendo que as áreas efetivamente consolidadas (as referenciadas C), à declaração de legalidade das edificações existentes e/ou à identificação do compromisso existente (título e alvará), sendo as restantes (ditas E), ao cumprimento da legislação referida (conceito de solo urbano, aglomerados rurais e de áreas de edificação dispersa, em função dos disposto no DR n.º 15/2015 de 19/08 em articulação com o PROTOVT).

Face à metodologia constante nos elementos da proposta de exclusão à REN, solo urbano (U) e solo rústico (R), a apreciação não usufrui de uma pela devida aferição da harmonia com modelo de ordenamento.

Por último, refira-se que o presente parecer, fica igualmente condicionado à **posição que a APA vier a emitir**, dadas as suas competências próprias, no âmbito das propostas de exclusão.

Face ao exposto, apresenta-se em anexo o quadro com a apreciação sobre cada uma das propostas de exclusão apresentadas, sem prejuízo do acima referido. Globalmente é emitido, favorável condicionado **89%** das manchas e desfavorável às restantes.

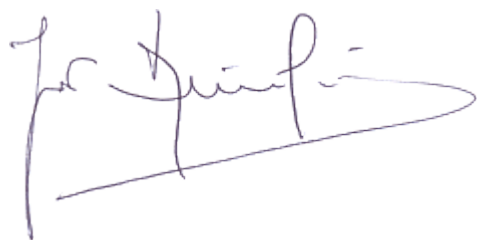
Em síntese e face ao exposto, emite-se

– Parecer favorável condicionado à proposta de áreas a integrar (REN Bruta), a qual deve ser reformulada de acordo com o referido em “*Proposta de Áreas e Incluir na REN*”, cumprindo na totalidade o emanado no anterior parecer, em articulação com as notas complementares.

- Parecer favorável condicionado à proposta de áreas a excluir (Exclusões), a qual deve ser reformulada em harmonia com o exposto em “*Proposta de Áreas a Excluir da REN*”.

DSOT, outubro de 2018.

O Presidente
O Presidente



João Pereira Teixeira

06-11-2018

João Pereira Teixeira